

'Época' denuncia grupos de extermínio

A revista afirma que os grupos atuam para acobertar as 'máfias capixabas' e cita crimes, como os casos Feu Rosa e Carlos Batista

Reportagem da revista **Época**, que chegou ontem às bancas de Vitória, afirma que há grupos de extermínio atuando no Espírito Santo para acobertar as "máfias capixabas". Segundo a matéria, assinada pelo repórter Percival de Souza, o procurador da República Ronaldo Albo Meira de Vasconcelos vai a Brasília, esta semana, pedir providências ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

Ronaldo Albo, segundo a revista, sugeriria que o Governo Federal criasse uma equipe especial, formada por juízes e promotores, protegidos pela Polícia Federal, "para atacar de frente os incontáveis focos de corrupção". Em entrevista a A GAZETA, entretanto, Albo explicou que, na verdade, ele pedirá reforço de agentes da Polícia Federal no Espírito Santo, para investigar crimes como contrabando de armas, sonegação de impostos, tráfico de entorpecentes e corrupção no serviço público. A assessoria de Geraldo Brindeiro informou a este jornal que, por enquanto, não há audiência agendada com Ronaldo Albo, mas que ela poderá ocorrer ao longo desta semana.

"A situação fugiu ao controle das autoridades locais. Agentes do crime organizado incrustaram-se em toda a máquina policial do Estado, contaminam setores do Judiciário, elegem e corrompem políticos, dominam prefeituras, desviam verbas, planejam e executam assassinatos. Como se fosse pouco, incluem em seus negócios ilícitos o roubo de automóveis, o tráfico de drogas e a jogatina clandestina", afirma a revista.

A denúncia de Ronaldo Albo baseia-se, entre outras coisas, num relatório do delegado Francisco Vicente Badenes Júnior, que elaborou uma lista de onze nomes, todos com indiciamento e pedido de decretação de prisão preventiva, segunda a reportagem. A investigação começou com o caso do advogado Carlos Batista de Freitas, conhecido como CB, desaparecido desde 1992. Segundo testemunhas, ele foi assassinado com dois tiros.

EXECUÇÃO - Badenes sustenta, segundo a revista, que o possível assassinato de Batista está relacionado com a morte do prefeito da Serra José Maria Feu Rosa, executado em 1990, junto com seu motorista, Itagildo Coelho, no município de Itabela, no Sul da Bahia. Carlos Batista, ainda segundo a revista, era defensor dos pistoleiros que mataram Feu Rosa.

A viúva do prefeito, a ex-deputada Penha Feu Rosa, na reportagem, acusa os empresários Pedro Ceolin, Adalton Martinelli e Toninho Roldi de tentar extorquir Feu Rosa, exigindo realização de contratos superfaturados como forma de compensar as contribuições que deram para sua campanha eleitoral. O prefeito teria morrido por recusar-se a pagar as contas. Com sua morte, assumiu o vice, Adalton Martinelli.

A revista diz que, associando um caso a outro, Badenes afirma ter rastreado as "máfias" que atuam no Estado. "Com o apadrinhamento de políticos locais, elas impingem contratos fraudulentos às prefeituras, levando-as freqüentemente à insolvência. As máfias capixabas aparecem no momento das campanhas políticas e oferecem gordas contribuições. Eleitos seus apaniguados, passam a exigir o investimento de volta", afirma a reportagem.

SOCIEDADE

DENÚNCIA

O esquadrão não morreu

Grupos de extermínio agem para acobertar as máfias capixabas

O porto, antigo Cais do Imperador, destaca-se no centro de Vitória, com seu pátio de 25 mil metros quadrados e o vaivém dos navios cargueiros de grande porte. O movimento portuário, intenso e visível, contrasta com um lado submerso da cidade, onde impera uma sinistra teia de poder que se entrosca em todos os setores do aparelho estatal a ponto de exigir uma ação federal, rápida e certa, no Espírito Santo.

A situação fugiu ao controle das autoridades locais. Agentes do crime organizado incrustaram-se em toda a máquina policial do estado, contaminam setores do Judiciário, elegem e corrompem políticos, dominam prefeituras, desviam verbas, planejam e executam assassinatos. Como se fosse pouco, incluem em seus negócios ilícitos o roubo de automóveis, o tráfico de drogas e a jogatina clandestina. Movido por convicção formada após cuidadosa investigação, o procurador Ronaldo Albo Meira de Vasconcelos estará nesta semana em Brasília para denunciar a gravidade dos fatos ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Deverá até mesmo sugerir que o governo federal crie uma espécie de força-tarefa, formada por juí-

SEM ROSTO
É assim que os
agentes Le Cocq
perseguem e
matam no ES

RUNDO AO DE
Meira de
Vasconcelos
leva o caso a
Brindeiro

52

Foto: Edú Lopes/ÉPOCA

ÉPOCA 16 DE NOVEMBRO, 1998

Procurador pede reforço policial

A Procuradoria da República no Estado irá requerer, nesta semana, que a Polícia Federal envie um reforço de agentes ao Espírito Santo, com o objetivo de intensificar as investigações sobre o crime organizado. Esse reforço será necessário para ajudar na apuração de corrupção no serviço público, sonegação de impostos, atividades do jogo do bicho, contrabando de armas e tráfico de drogas.

Hoje à tarde, os procuradores que atuam no Estado terão uma reunião para decidir quem levará o pedido de reforço ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, em Brasília. Será decidida também a data da viagem.

Ontem à noite, o procurador da República no Estado, Ronaldo Meira de Vasconcelos Albo, adiantou para A GAZETA que a idéia é apresentar o pedido de reforço a Brindeiro, para que ele faça posteriormente os contatos com a Polícia Federal e o Ministério da Justiça.

"Com os quadros que possui atualmente, a Superintendência da Polícia Federal no Estado encontra dificuldade para avançar nas investigações sobre o crime organizado. Esse trabalho precisa ser intensificado, porque a estrutura do Estado está contaminada", alertou Albo.

LEGISLAÇÃO - Para Albo, o que falta no Estado, basicamente, "é verba e equipamento para atuar". Ele argumenta que, para aumentar o efetivo policial federal, seria necessária uma mudança na legislação atual.

Essa dificuldade, entretanto, poderia ser superada pelas requisições de agentes para trabalho temporário no Estado. "O problema é de verba. Com ela, nós poderíamos trazer outros agentes ao Estado, para que eles trabalhem, ainda que temporariamente", informou.

A idéia do procurador é a de trazer agentes que atuam no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Na viagem a Brasília, os procuradores do Estado vão levar a Brindeiro um relato sobre as carências da Polícia Federal capixaba. "Vamos relatar a situação e pedir mais verbas, agentes e equipamentos para trabalhar", adiantou.

O procurador disse ainda que dois relatórios sobre o crime organizado no Estado, com informações das atividades da Scuderie Le Cocq, dos assassinatos não solucionados pela Polícia Civil, entre outras, já foram enviados à Procuradoria-Geral da República, para a tomada de providências.

Um terceiro relatório, em que será mais "detalhada" a participação das pessoas envolvidas com o crime organizado, está sendo elaborado pela Procuradoria no Estado. Parte desse novo levantamento será levado a Brasília nesta semana.

Segundo a revista, Francisco Badenes declara: "A única forma de pagá-los tem sido depenar as prefeituras".

QUARTEL – Os grupos organizados, de acordo com a reportagem, contariam com um "quartel general", a Scuderie Le Cocq, que reuniria juízes, promotores, empresários e policiais. De acordo com relatório da Polícia Federal obtido pela revista, três delegados estariam envolvidos na rede do crime: José Geraldo Gomes, Júlio César de Oliveira e Ismael Foratini. Segundo a reportagem, Gomes manteria contato com ladrões de automóveis e traficantes. Foratini, "além de variação patrimonial surpreendente", é apontado como suspeito de dificultar a apuração do caso Carlos Batista. O Ministério Público, Federal e Estadual, já pediu a dissolução da Le Cocq.

A revista apresenta uma lista de assassinatos insólitos que teriam sido executados pela "máfia capixaba", entre eles o da jornalista Maria Nilce, em 1989, o do deputado Antário Filho, em 1997, e o do padre francês Gabriel Félix Maire.

Citty acha 'vaga' referência ao TJ

O presidente do Tribunal de Justiça, Wellington da Costa Citty, considerou "vagas" as referências da revista *Época* aos supostos agentes do crime organizado que teriam contaminado "setores do Judiciário". Citty afirma que não conhece o relatório do delegado Francisco Badenes, citado como fonte na reportagem, mas acrescenta que não vê ligação entre os crimes apontados na matéria, como o assassinato da jornalista Maria Nilce, em 1989, e do deputado Antário Filho, em 1997.

"O Judiciário vai do agente de serviços básicos do desembargador-presidente, que sou eu, passando por oficiais de Justiça, escreventes e escrivãos. Tudo isso é Judiciário. Onde está o setor nocivo? Não se pode jogar tudo no contexto geral. Se me apontarem dados concretos, vou apurar. Mas não vi nada que indicasse (o que a revista diz)", disse o presidente do Tribunal de Justiça.

DESAPARECIMENTO – Ele ressalta que era procurador de Justiça na época da morte de Ana Angélica e do desaparecimento de Carlos Batista. "Casos que até hoje não foram plenamente esclarecidos pela polícia. Não sei onde está a realidade. A situação é nebulosa. Agora, qual a vinculação entre o caso Carlos Batista e a morte de Feu Rosa? Não posso dizer que há ou que não há. Podem ocorrer crimes de mando, depois há outro para ocultar, mas o crime de Maria Nilce pode não ter nada a ver com o de Antário Filho. Pode ter sido um crime passionnal ou de mando, afinal, ninguém invade uma rádio assim, mas pode ter tido outra causa, também", observou.

Sobre uma possível ação do procurador geral da República, Geraldo Brindeiro, no Espírito Santo, ele preferiu não avaliar. "Ele pode achar que há necessidade. Se houver relação com tráfico de drogas, por exemplo, os crimes podem ter ligações internacionais".

Wellington Citty afirmou ainda que a Scuderie Le Cocq era integrada, inclusive, por pessoas de bem. "Pode haver pessoas que não têm nada a ver com armações ou negociatas. Muitas podem ter sido levadas por amizade, camaradagem. Um convida o outro, 'vamos lá, se associe'. É uma entidade. Muitas pessoas se associam ao Lions, ao Rotary, à Maçonaria. Então, há pessoas de bem", disse Citty.

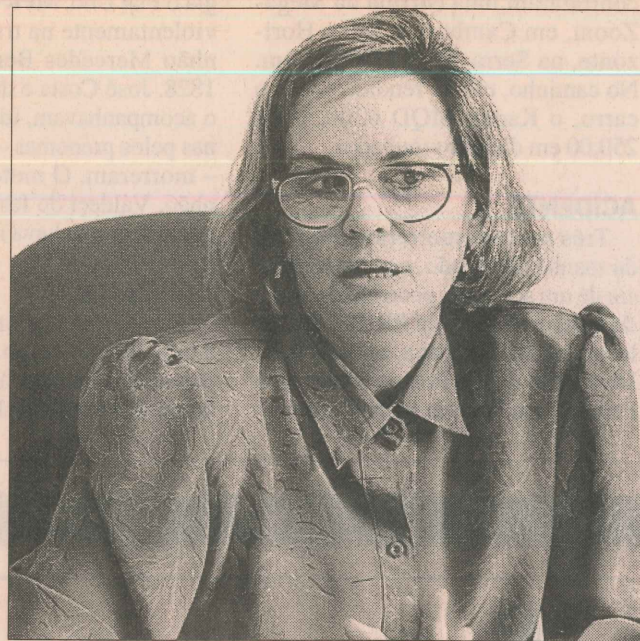
Viúva surpresa com a matéria

A viúva do ex-prefeito do município da Serra José Maria Feu Rosa, Penha Feu Rosa, disse, ontem à noite, ter ficado surpresa com a matéria publicada na revista *Época* desta semana. Ela garantiu não ter concedido nenhum tipo de entrevista sobre o assunto e que as afirmações a ela atribuídas foram dadas em depoimento sigiloso na Justiça. "Eu acho um absurdo a imprensa tomar um depoimento sigiloso e torná-lo público. Além de chocar, essa situação me complica", assinalou.

A revista publicou o seguinte trecho: "Afirma a viúva, Penha Feu Rosa, que os empresários Pedro Ceolin, Adalton Martinelli e Antonio Roldi, financiadores da campanha do marido, teriam exigido o retorno das doações, beneficiando-se de negócios su-

perfaturados, entre eles a compra de caminhões de lixo e segurança". E ainda: "(...) Cansados de ver suas contas rejeitadas, os empresários – denunciados como mandantes do crime – teriam feito uma proposta em dinheiro para Feu Rosa renunciar. Por não concordar, o prefeito foi assassinado 15 dias depois".

Penha garantiu que "há muito tempo não toca nesse assunto" e que o marido, durante a campanha, não teria recebido nenhuma ajuda em dinheiro: "Fizemos uma campanha pobre e todos se lembram disso. O dinheiro deve ter ido para outra pessoa". A publicação da matéria desagradou Penha. "Vou estudar o assunto, conversar com meu advogado e meus filhos e, se for o caso, vamos processar a revista", assinalou.



PENHA FEU ROSA
'Acho absurdo depoimento sigiloso tornar-se público'

Foto de Arquivo

Delegado disse só possuir uma casa e um carro

"Em fevereiro do ano que vem, completo 12 anos de Polícia e os únicos bens que possuo são um carro financiado e um apartamento", disse ontem o delegado Ismael Foratini Peixoto de Lima, após ler a reportagem "O esquadrão não morreu", na revista *Época* desta semana.

"Foratini, além de uma variação patrimonial surpreendente nos últimos anos, é suspeito de dificultar as investigações sobre o desaparecimento do advogado Carlos Batista de Freitas, o CB", diz a reportagem de *Época*.

O delegado esclareceu que quando que a matéria iria ser publicada enviou uma declaração assinada pelo advogado da família de Carlos Batista, Joaquim Marcelo Denadai, à revista.

O documento explicava sua lisura durante as investigações na morte de CB. "Ismael entrou no caso em 1997. Foi através de sua iniciativa que a questão ganhou rumo e foi elucidada. Não sei como o delegado Badenes conseguiu envolvê-lo nessa história", explicou Marcelo Denadai.

REPERCUSSÃO

LUCCHI

O ex-chefe da Polícia Civil Carlos Rubens de Miranda Lucchi contestou, na tarde de ontem, uma das afirmações publicadas na matéria "O esquadrão não morreu", da revista, referente a uma suposta pressão para que ele deixasse o cargo. "Eu não pedi afastamento. Me desliguei porque requeiri a aposentadoria", explicou. Lucchi contou que, até a tarde de ontem, não havia lido a matéria. "Afirmo novamente o que disse. O processo foi relatado e está na Justiça. Cabe a ela analisar e ao Ministério Público oferecer denúncia ou não", disse.

EMERSON ROCHA

O chefe da Polícia Civil, Emerson Gonçalves da Rocha, preferiu não fazer comentários sobre a reportagem da revista *Época*. "Prefiro ler a matéria primeiro antes de fazer qualquer comentário. Depois, irei convocar uma reunião com os meus assessores para discutir o caso", explicou Emerson.

JÚLIO CÉSAR

"Só tenho a falar que nunca fiz parte da Le Cocq", disse ontem o delegado Júlio César de Oliveira, citado na revista *Época* como "pombo-correio da Le Cocq". O delegado disse que qualquer outra informação deveria ser obtida com seu advogado, Antônio Sérgio Brosseguini. "O próprio Ministério Público não irá acatar a denúncia. Iremos processar a revista. A reportagem foi uma precipitação dolosa", disse Brosseguini. O advogado disse ainda que pretende processar o delegado Francisco Badenes.

OUTROS

O governador eleito, José Ignácio Ferreira, disse ontem que o assunto deveria ser comentado pelo atual, Vitor Buaiz, que não foi localizado. Também não foram encontrados o secretário de Segurança, Adão Rosa, e um dos delegados acusados de envolvimento com os crimes mencionados pela revista, José Geraldo Gomes. Já o empresário Pedro Ceolin não quis comentar o assunto.

Roldi contesta participação em assassinato

O advogado do empresário Antonio Roldi, Dório Antunes, reagiu à matéria publicada na edição dessa semana da revista *Época*, dizendo que o relatório elaborado pelo delegado Francisco Vicente Badenes Júnior – que denuncia a existência de uma poderosa organização do crime no Estado –, é uma "literatura policial barata". Ele disse que não existem provas no documento – com sete volumes e 206 páginas – que incriminem Roldi.

Segundo Antunes, Badenes é "um torturador de presos e fraudador, que anda com carros de placas frias". "Quero que ele me processe porque vou provar o que estou dizendo", assinalou. Segundo a reportagem de *Época*, a viúva do ex-prefeito da Serra José Maria Feu Rosa, Penha Feu Rosa, acusa um grupo de empresários que "teria financiado a campanha do marido", de ter exigido o retorno das doações. Entre os empresários denunciados, está Antonio Roldi, o Toninho Roldi.

Em junho deste ano, Antônio Roldi em entrevista exclusiva a *A GAZETA*, repetiu que é inocente da acusação de envolvimento no crime de Feu Rosa: "Meu nome aparece na Prefeitura da Serra uma única vez no processo todo da morte do prefeito José Maria Feu Rosa. Na véspera da campanha política para deputado, a viúva Penha Feu Rosa foi lá em Itabela, na Bahia, dizer o seguinte: 'Vim aqui porque eu lembrei um fato muito importante, que o empresário Toninho Roldi disse para José Maria que se ele não entregasse a Prefeitura poderia ter um fim trágico'. Olha bem. Foi assim que apareceu meu nome".

Na mesma entrevista, Roldi fez outro comentário: "Neste processo todo, que, inclusive, a gente vai mandar buscar lá em Itabela, eu só fui ouvido como informante de precatório uma vez, aqui no Fórum de Vitória. E esse advogado, Carlos Batista, eu não conhecia. Estava no Fórum depondo e esse cara esteve atrás de mim. Estávamos eu e Fernando Júdice. Meu nome só apareceu nisso daí, no processo. Nunca ninguém envolvido neste processo falou meu nome. Nenhum pistoleiro ou mandante. Então, é só pela imprensa".

Procurador não fez denúncia no Caso Batista

O procurador de justiça Ulisses Gusman e o promotor Luiz Renato Azevedo da Silveira ainda não denunciaram os indiciados no caso Carlos Batista de Freitas, que foram arrolados no relatório preparado pelo delegado Francisco Vicente Badenes Júnior. Ulisses Gusman ainda não decidiu se denuncia, ou não, o ex-prefeito da Serra, Adalton Martinelli. Luiz Renato tem a incumbência de fazer o mesmo com as demais pessoas indiciadas pelo policial civil.

Luiz Renato já está com a denúncia pronta, mas proibido pelo Procurador Geral, José Adalberto Dazzi, de conceder entrevistas, nada pôde adiantar ontem.

Gusman explicou que ainda não fez a denúncia, pois ainda não concluiu a leitura dos 38 volumes do processo que investiga o desaparecimento, ou morte, do advogado Carlos Batista de Freitas. "Preciso tomar conhecimento de tudo para que seja convencido da medida que vou adotar. O delegado misturou tudo. Dentro do caso Carlos Batista de Freitas ele entrou no caso Maria Nilce e no caso Feu Rosa", disse.